

BASES DE UMA PROPOSTA PARA O NORDESTE



1 9 9 4

LULA **PRESIDENTE**

**O NORDESTE E A
INTEGRAÇÃO NACIONAL**

SEM MEDO DE SER FELIZ

1994 LULA PRESIDENTE O NORDESTE E A INTEGRAÇÃO NACIONAL SEM MEDO DE SER FELIZ

BASE DE UMA PROPOSTA PARA O NORDESTE

1 - O NORDESTE E A INTEGRAÇÃO NACIONAL SEM MEDO DE SER FELIZ

O Brasil vem realizando um processo de desenvolvimento acentuadamente desigual. Nele, temos revelado capacidade para enfrentar grandes desafios e nos colocar lado a lado das economias mais dinâmicas e das sociedades mais avançadas do mundo, mas temos sido incapazes de resolver problemas que países mais pobres já resolveram há muito. Temos possibilidades reais e já reveladas de conquistar crescentes espaços na economia mundial, ao mesmo tempo em que precisamos combater o cólera, a pelagra, a subnutrição e o analfabetismo de amplas parcelas da população brasileira.

Além do mais, vivemos em um momento de profunda reestruturação da ordem mundial. Mais que nunca, cada povo tem que desenhar bem claro seu projeto de nação, sem o qual será arrastado ou marginalizado pelo movimento de globalização. Sem projeto próprio, nações de grandes potencialidades como o Brasil têm uma grande probabilidade de serem tratadas como meros territórios na lógica dos que comandam a economia mundial.

Numa postura passiva e mantendo o comportamento de colonizados (tão comum à maioria de nossas elites) poderemos ser no século XXI um país ainda mais dilacerado, mais desigual, sequer, talvez, nem mais uma Nação. Teremos internacionalizado, ainda mais intensamente, partes de nosso território, promovido a integração competitiva de segmentos de nossa economia, modernizado fragmentos de nossa sociedade, mas ampliando o apartheid social no qual já vivemos hoje. Esse cenário não só é possível como atende a interesses externos e internos muito fortes.

Com projeto próprio, com objetivos nacionais claros, um país como o Brasil pode se abrir para o mundo mas manter sua integridade real (e não apenas formal), ampliar as interações em escala nacional entre as diversas e ricas partes de seu território, entre os diferentes segmentos de sua economia e construir um convívio menos violento e menos desigual entre os brasileiros. É possível, por exemplo, levar o conhecimento de ponta à imensa, discriminada mas dinâmica economia dita informal ou atrasada no Brasil. Não estamos fadados ao primeiro cenário, temos opção de continuar como Nação, no século XXI.

Essa é a opção central da proposta da Frente Brasil Popular pela Cidadania, que se nega a aceitar qualquer tipo de retomada do crescimento e opta por um tipo definido, um padrão novo de desenvolvimento que conduza a uma gradativa e crescente inclusão dos brasileiros. Que acredita ser viável criar neste país um mercado de consumo de massa calcado na dinamização (e não na compressão) da

demanda interna e na gradativa e persistente melhora do padrão de distribuição da riqueza e da renda nacional. Que buscará superar, ao invés de aprofundar, o atual apartheid social, legado do projeto das elites.

Nesse contexto, a FBPC pretende tratar a integração regional como a outra face da moeda da integração social. Nos dois casos, o Nordeste terá que merecer tratamento prioritário. A necessidade de dar destaque ao objetivo de integrar os diversos (e não apenas alguns) sub-espços do território nacional terá que gerar políticas governamentais explicitamente traçadas para alcançá-lo.

No mundo globalizado e dos megablocos é possível recolher exemplos de políticas ativas de integração territorial, com destaque para a China, país continental e emergente como o Brasil.

Os novos movimentos da economia mundial redefinem, mas não inviabilizam tais iniciativas. A opção que hoje se coloca para os países não é a de integrar-se ou isolar-se do resto do mundo. A opção é entre definir uma estratégia e uma trajetória de integração a partir de objetivos nacionais, negociando-a com os interesses de fora do país e com os de dentro a eles articulados, ou renunciar a isso, ser passivo, se deixar conduzir no movimento de globalização, ser usado como mero espaço físico de operação da dinâmica do capitalismo mundial. E, quem sabe, renunciar ao projeto de se constituir uma Nação, entre outras que ainda apostam na possibilidade de permanecerem íntegras.

O Brasil está diante das duas possibilidades. No projeto neoliberal, ou social-liberal, a ênfase em quebrar o Estado Nacional, ator capaz de proceder à negociação referida acima, e a exagerada ênfase numa integração competitiva que priorizará apenas certos espaços, certos setores, certas em presas, revela a possibilidade de um cenário onde partes do Brasil se descolam de outras e encontram formas particulares de internacionalização.

No Nordeste, também já existem sub-espços, setores e atores operando esta lógica com grande prioridade. As elites locais, em especial seus representantes modernizados, refazem o discurso da miséria e concentram-se na exaltação das vantagens competitivas de certos segmentos. Suas propostas destacam, agora, a fruticultura irrigada, o turismo, a produção mineral, certas agroindústrias, todas para exportação, enquanto enfatizam o impacto positivo da abertura comercial no dinamismo do comércio de importações (em especial o de bens de consumo das classes ricas) também no Nordeste.

No Brasil já se cria o que alguns estudiosos vêm chamando de paroquialismo mundializado, em áreas que buscam se destacar do resto do país "projetando uma territorialidade fechada, segregada e segregadora. priorizando articulações para fora, com o espaço homogeneizado, fragmentado e abstrato da economia mundial". Várias cidades brasileiras já praticam políticas ativas de segregação, por se sentirem diferentes, mais próximas do primeiro mundo que do resto do Brasil. Praticam o apartheid espacial.

As bases de uma proposta para o Nordeste se inscrevem no projeto da Frente Brasil Popular pela Cidadania cuja opção clara é por outro cenário, insistindo na integração nacional. Para construí-lo, a FBPC adotará uma política explícita de ordenamento territorial, quebrando a velha tradição de desenhar apenas políticas governamentais de corte predominantemente setorial-nacional (e portanto

a-espacial), que trata ao lado, depois, compensatória ou complementarmente, as políticas ditas regionais. Assume que as políticas nacionais podem e devem ser regionalizadas: todas e não apenas as políticas assistenciais ou compensatórias.

Partindo dessa opção, será possível trabalhar a rica heterogeneidade brasileira, dar conta da dimensão continental e da complexidade do Brasil, rompendo com as políticas centralizadoras e uniformizadoras, tão caras aos governos militares. Será possível responder aos requerimentos da descentralização e democratização das políticas públicas, insistentemente colocados na pauta de reivindicações da sociedade brasileira nos últimos tempos.

Será possível priorizar o apoio do Governo a movimentos populares, já expressivos no Brasil, como o dos seringueiros, dos sem-terra, dos atingidos por projetos de grandes barragens, o Movimento Nacional pela Reforma Urbana, entre outros. Movimentos que começam pela defesa da terra e dos recursos ambientais (florestas, seringais, água, etc.) que se inscrevem de início em territórios localizados, mas que avançam depois em articulações nacionais.

Movimentos que, ao se contrapõem à fragmentação do território nacional e à exclusão social de amplos contingentes, tentam, de um lado, ressaltar as possibilidades de um desenvolvimento com base no aproveitamento de potencialidades locais, impossíveis de serem percebidas nos macroprojetos nacionais; e, de outro, tentam unir pedaços semelhantes do Brasil, quer estejam no norte, no leste ou no sul. Montam interações à escala nacional e cobram mo projeto de país. Movimentos que apostam na integração e não na fragmentação do Brasil. Movimentos que também já são expressivos no Nordeste. *

2 - MARCOS DO PROGRAMA DE GOVERNO DA FBPC

O Projeto da FBPC para o Nordeste se nutre da motivação fundamental do Programa de Governo de Lula: inverter claramente as prioridades que nortearam até agora os governos deste país, submetendo todos os objetivos do programa à meta central de combater a pobreza e a indigência que atingem metade da população brasileira. Meta de governo que se sintetiza no empenho em radicalizar a democracia política através da expansão da democracia econômica e social do país.

A motivação e os objetivos do projeto para o Brasil se inscrevem num contexto plural de confluência de ideologias, tradições culturais, experiências sociais e de vida, unindo a todos da FBPC um compromisso intransigente com a democracia, com o respeito aos direitos humanos e com as necessidade de profundas reformas econômicas e sociais em proveito das maiorias.

Essas razões levam a FBPC a propor um governo que: .

- pela primeira vez na nossa história, impulsionará uma reforma agrária e políticas agrícolas capazes de entregar a terra a quem necessita, democratizar a propriedade e sustentar nossa meta de alimentar todos os brasileiros;
- defenderá uma nova concepção de desenvolvimento que seja plenamente

compatível com a preservação do meio ambiente;

- implantará uma nova política de rendas, que combinará o combate indispensável à inflação com um programa audacioso de emprego e elevação de salários;
- afirmará o compromisso com a democratização da vida econômica do país, democratizando as relações de trabalho e impulsionando formas cooperativas de produção e distribuição;
- declarará o compromisso com uma profunda reforma do Estado, com sua democratização e controle pela sociedade, através da participação popular que permita desenraizar do seu interior interesses privados, corporativos e burocráticos;
- valorizará todas as formas de produção, distribuição e de acesso aos bens culturais;
- apontará, lutando contra a desagregação social, para a reconstrução de nossa economia através da constituição de um grande mercado interno de consumo de massas, criando condições para a consolidação de um país livre e soberano;
- fará da soberania nacional um valor tão caro quanto o da soberania popular, e da política externa para o país, um componente essencial do seu projeto de desenvolvimento, propugnando por uma reestruturação econômica internacional em proveito dos países do Sul, na defesa do emprego e de uma cooperação científica e tecnológica;
- proporá, enfim, que se mude a vida dos brasileiros, transformando a economia e a sociedade para construir a Nação.

3 - LINHAS ESTRATÉGICAS PARA ATUAR NO NORDESTE

Consolidar a construção da Nação brasileira implica na integração dos excluídos aos benefícios do desenvolvimento, e também na integração territorial desse imenso país. O desafio da integração dos diversos sub-espacos do território se coloca com força num mundo crescentemente homogeneizado, embora, ao mesmo tempo, fragmentado. Para o Nordeste, ele é particularmente importante.

No período recente, o Estado brasileiro, aprisionado pelas elites, ajudou a instalar "ilhas de modernidade", apoiou a modernização de frações das oligarquias locais, ajudou a solidarizar a dinâmica da economia regional à dinâmica nacional enquanto deixava intocada ou até ampliava a grande concentração da terra e de outras riquezas nas mãos de poucos agentes. Manteve as tradicionais estruturas sócio-econômicas como a do Semi-árido, da Zona da Mata, da região cacaueteira, abandonando à sua própria sorte parcelas crescentes da população nordestina.

Os governos autoritários e centralizadores negociaram com as elites nordestinas políticas regionais de corte compensatório, enquanto os gastos federais, os investimentos das estatais, os subsídios e incentivos e o crédito oficial concentravam sua alocação no Sudeste e em outras regiões, como confirmou o relatório recente da Comissão Mista do Congresso Nacional sobre as disparidades regionais. O Governo da FBPC romperá essa velha forma de tratar a questão nordestina, optando por três linhas estratégicas:

RUPTURA DO TRATAMENTO COMPENSATÓRIO

O Nordeste aparecerá, com destaque, nas políticas nacionais. Ao invés das ações compensatórias a prioridade ao Nordeste será introduzida na política industrial, na política de desenvolvimento científico e tecnológico, na política de infra-estrutura, na política de reforma agrária, na política agrícola, nas políticas de saúde e educação, entre outras.

A questão nordestina não é um problema dos nordestinos, é uma questão nacional "Ou a questão regional incorpora-se ao centro das discussões nacionais ou não poderemos efetivamente enfrentar os gigantescos desafios de mudar a distribuição da renda, da riqueza e poder neste país", afirma o Programa de Governo da Frente Brasil Popular pela Cidadania, apresentado por Lula ao país.

O Brasil é um país com enormes diferenças regionais, que fazem com que as políticas macro econômicas tenham impactos bastante distintos nas diversas regiões. Não podemos aceitar a falsa noção de que a questão regional é um problema para ser tratado separadamente dos problemas nacionais de distribuição de renda, crescimento e estabilidade.

APOIO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL

O desenvolvimento local será valorizado. As principais ações das políticas governamentais não serão impostas, mas negociadas, não virão de cima para baixo ou através de mega projetos de restrito poder de difusão de efeitos positivos no tecido social e econômico da região. Ao lado de ações realmente estruturadoras e reestruturadoras como a reforma agrária, a ferrovia Transnordestina, o fortalecimento da infra-estrutura de ciência e tecnologia, o investimento maciço em educação entre outras, as diversas políticas governamentais serão concebidas e executadas prioritariamente de forma descentralizada para serem capazes de apreender e valorizar as potencialidades de cada local, de tirar partido da rica heterogeneidade do Nordeste, de apoiar alternativas viáveis de desenvolvimento local.

A indicação de prioridades partindo de baixo para cima sintonizará o Governo Federal com o esforço de prefeituras, de movimentos populares e de organizações não governamentais que já elaboram e implementam coletivamente experiências exitosas de desenvolvimento em bases locais.

DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO GOVERNAMENTAL

A gestão das políticas será democratizada, sem o que boas intenções e bons programas têm enorme chance de serem capturados e distorcidos pelas camadas sociais que têm melhor acesso à informação e enorme experiência na "privatização" dos recursos públicos. Cuidar de democratizar a informação, de tomar decisões sempre que possível de forma colegiada, de inovar nos modelos de gestão dos programas governamentais será uma opção estratégica do Governo da Frente Brasil

Popular pela Cidadania, particularmente no Nordeste, onde as elites têm secular experiência de manipulação das políticas públicas.

Tão importante quanto desenhar políticas de investimentos e gastos públicos é submetê-las ao crivo político das amplas massas trabalhadoras, dos pequenos produtores rurais e urbanos, dos movimentos populares, e outros. Precisamente porque não se pode acreditar em nenhum automatismo mágico do mercado, nem na virtude intrínseca do Estado, é preciso partilhar, negociar as decisões governamentais com representantes das diversas forças da sociedade, em especial com os representantes das massas trabalhadoras e dos segmentos diretamente interessados nas ações do Governo.

4 – OS GRANDES OBJETIVOS A ATINGIR

Uma proposta para o Nordeste terá que buscar atingir, pelo menos, três grandes objetivos:

A) aumentar de forma gradativa mas substancial a participação do Nordeste na atividade produtiva do Brasil. Mesmo após algumas décadas de bom desempenho econômico, o Nordeste, com quase 30% da população brasileira abriga menos de 15% da base produtiva do país e apenas 10% da sua produção industrial. Perfil semelhante, embora menos grave, é encontrado apenas na região Norte, onde vivem 7% dos brasileiros e se gera apenas 4,5% do PIB do país. No Centro Oeste, verifica-se um equilíbrio desses dois percentuais (em torno de 6%). No Sul, e sobretudo no Sudeste, a participação na produção nacional é maior que a base demográfica. Nesta última região estão 43% dos brasileiros e se localiza quase 60% do parque produtivo.

Para alcançar este objetivo, o Nordeste terá que merecer tratamento prioritário nos diversos programas do Governo Federal, desde que as ações dos governos estaduais e municipais e os investimentos privados, mesmo realizados de forma articulada, com base na parceria, não serão suficientes para mudar essa situação desvantajosa da região.

Daí a importância da opção estratégica de regionalizar as políticas federais e romper com o tradicional tratamento compensatório dado ao Nordeste até hoje. Regionalizar a política de reforma agrária e as políticas agrícolas, as políticas industrial e de infra-estrutura, a política nacional de desenvolvimento científico e tecnológico, o plano diretor nacional de turismo, entre outros - além de patrocinar programas e projetos realmente estruturadores, capazes de disseminar efeito-renda e efeito-emprego - é tarefa importante do Governo Federal.

B) Introduzir modificações estruturais, que melhorem de forma sensível as condições de vida e promovam a capacidade de iniciativa dos nordestinos, em especial da massa de produtores e trabalhadores rurais. Não basta realizar investimentos e ampliar a base produtiva no Nordeste, posto que esse movimento pode ser conservador de velhas estruturas ou criador de meras "ilhas de modernidade". A orientação e a clientela desses investimentos são a opção fundamental. Investir, por exemplo, na reforma da base fundiária, para democratizar o acesso à terra rural e

urbana é um instrumento importante para caminhar na direção da desconcentração da renda e aumentar a produção na região.

Investir maciçamente em educação, de forma articulada com estados e municípios, introduzirá um componente importante na perspectiva de criar novas formas de funcionamento do mercado de trabalho no Nordeste, onde predominam a baixa qualificação, a baixa remuneração e a precariedade das relações de trabalho.

Apoiar decisivamente a capacidade de iniciativa dos pequenos e médios produtores urbanos, dos microempresários e produtores autônomos, das organizações de produtores rurais, levando-os a produzir em novos níveis de produtividade e desenvolver empreendimentos viáveis. Tal decisão poderá quebrar a excessiva e injustificada hegemonia que os grandes grupos empresariais detêm hoje no acesso aos incentivos fiscais e financeiros, ao crédito, às compras governamentais, aos projetos públicos de infra-estrutura econômica, entre outros.

Estimular o aproveitamento das potencialidades locais, como a produção artesanal, a indústria de confecções, calçados e artefatos de couros, palha, madeira, e o desenvolvimento de serviços de apoio ao turismo, promovendo a reestruturação desta atividade, hoje concentrada excessivamente em investimentos na infra-estrutura de hotelaria. Para tudo isso, será muito importante a opção estratégica de apoio ao desenvolvimento local.

C) Melhorar as condições de vida dos nordestinos, com prioridade à segurança alimentar, ao saneamento, à saúde e à habitação. O Nordeste apresenta os mais graves indicadores sociais do Brasil. Com menos de 30% da população brasileira tem mais da metade (55%) dos indigentes contabilizados pelo Mapa da Fome, do IPEA. Na zona rural, o quadro é ainda mais dramático, posto que dos 16 milhões de indigentes residentes na zona rural do Brasil, 10 milhões (63%) são nordestinos.

A fome crônica revelada nos baixos índices de nutrição é um fato mais grave no Nordeste que em outras regiões do país, pois nessa região estão 55% dos brasileiros com déficit calórico elevado.

Enquanto no Sudeste 1 em cada 4 domicílios (25%) não possui esgotamento adequado, no Nordeste 3 em cada 4 domicílios estão nessa situação (73%), o que se reflete na precariedade das condições de saúde da população, submetida a numerosas doenças de veiculação hídrica, como o cólera.

A prioridade ao Nordeste nos programas sociais do Governo Federal é indispensável. A tarefa de reduzir a dívida social não pode ficar apenas a cargo dos governos estaduais e municipais, embora a ação descentralizada seja uma opção correta. O apoio especial do Governo Federal na luta de governos locais e da própria sociedade civil nordestina contra a fome e a miséria é fundamental.

5 - DESAFIOS E PRIORIDADES PRINCIPAIS

REFORMA AGRÁRIA E NOVA POLÍTICA AGRÍCOLA

1) Reforma Agrária

Se, no Brasil, a reforma agrária é um instrumento importante para alterar o padrão produtivo da agropecuária, abrindo espaço para expandir a produção e promover o desenvolvimento sustentado com base na produção familiar, no Nordeste a reforma agrária é fundamental. Romper o bloqueio imposto ao aumento da produção pelo latifúndio improdutivo e pelo minifúndio economicamente inviável é um desafio essencial de qualquer política para o Nordeste. Democratizar o acesso à terra e fortalecer a agricultura de base familiar é uma das formas mais baratas de criar empregos estáveis e permanentes, combater a fome e a miséria, elevar os padrões de produtividade, desconcentrar a renda e o poder no Nordeste (um emprego rural criado pelo FNE custa cerca de US\$6.000). O Nordeste deverá ser priorizado no Programa Nacional de Reforma Agrária, absorvendo 320.000 das 800.000 famílias que serão assentadas nos 4 anos do Governo Lula (40 % da meta nacional).

A região abriga cerca de 47% da população rural do país e responde apenas por 21% do produto agrícola do Brasil. No quadro da atual estrutura agrária, a penetração do crédito, a oferta de competitividade sistêmica (infra-estrutura, pesquisa, melhoria dos padrões educacionais da mão de obra, etc.) e o avanço de novas técnicas (inclusive de irrigação) tendem a ampliar a enorme distância existente entre uma ínfima minoria beneficiada e uma maioria esquecida dos produtores da região. Todo esforço de capitalização, sobretudo quando fortalece a pecuária, provoca crescente marginalização de enormes contingentes de nordestinos.

O latifúndio predatório e o minifúndio asfixiante, conjugados, formam um brutal sistema de exploração, um meio de dominação social e político, um anti-instrumento de progresso econômico. Um desafio inicial é o de liberar o grande número de pequenos produtores do acesso à terra pela via do arrendamento e da parceria, que o obriga a produzir (sobretudo a produção de alimentos) no interior dos latifúndios ou em terras marginais, e impossibilita o acesso ao crédito, ao progresso técnico, aos sistemas de armazenagem e aos mercados. O acesso à terra e à água, que precisam ser democratizados, ampliará em muito o potencial produtivo do Nordeste rural. Paralelamente, o reagrupamento de minifúndios permitirá que a unidade produtiva familiar utilize plenamente sua capacidade de trabalho e se tome apta para, capitalizando-se, modernizar-se e expandir-se.

A implementação da política de reforma agrária dar-se-á a partir de ações negociadas e com partilhadas, aqui denominadas de ações territoriais de desenvolvimento democrático, aproveitando o cabedal de saber técnico e engajado sobre a realidade da região que foi acumulado ao longo do tempo. Deverá reunir os distintos interesses, buscando assegurar uma complementariedade de ações no campo produtivo, de gestão, de participação e cooperação, de armazenagem e comercialização, de preservação e manejo ecológico-ambiental, de encadeamento produtivo, de formação de aptidões e garantia de assistência à população envolvida.

Os programas da política de reforma agrária serão desenvolvidos com base em diretrizes gerais aplicadas às ações territoriais de desenvolvimento democrático, considerando as especificidades localizadas e formas de participação acordadas entre seus agentes. Essas ações territoriais deverão ser implementadas dentro de perímetros que tipifiquem sistemas micro-regionais coerentes, de interesses

econômicos, sociais e políticos, decorrentes ou não de investimentos estatais, de bacias, de áreas contíguas de irrigação, de sistemas edafo-morfológicos, de municípios e outros, dotados de formas de integração inter-setorial. Serão contratualmente legalizadas por força de lei, através de soluções acordadas e compartilhadas, vinculadas a uma definição prévia de usos e fontes de recursos.

As ações territoriais vinculadas à reforma agrária deverão estar definidas, de acordo com as suas singularidades, dentro de normas de zoneamento de uso, exploração e conservação do solo, subsolo e recursos naturais, inclusive de controle ambiental e do processo de desertificação. O Estado não deverá proporcionar ganhos privados de valorização fundiária como decorrência de seus investimentos, notadamente em infra-estrutura. Quando isto ocorrer, os referidos ganhos deverão ser necessariamente recuperados pelo Estado como recursos a serem destinados a ações localizadas, objetivando garantir sobretudo acesso à terra para quem quer trabalhar e se incorporar às ações territoriais. Instrumentos do tipo contribuição de melhoria e aportes financeiros decorrentes da valorização fundiária deverão se constituir em forma usual de complementação de recursos para custeio das ações.

Na Zona da Mata, deverá ser desencadeada uma revisão da política de subsídios e proteção do Estado, com o objetivo de redirecionar a atividade produtiva, principalmente para a produção de alimentos. Deverão ser desenvolvidas negociações visando reordenar espaços produtivos definidos para ações territoriais de reforma agrária vinculadas à substituição e diversificação de culturas, desenvolvimento de formas cooperativas de produção (agro-indústrias), armazenagem e comercialização e dotações de infra-estrutura e equipamentos sociais. Deverão ser desenvolvidos instrumentos que estabeleçam condicionalidades relacionadas a crédito, débitos fiscais e dívidas, incluindo-se a desapropriação e arrendamento de áreas. A agricultura canavieira deverá subsistir nas áreas cuja produtividade seja comprovadamente competitiva.

O Semi-árido dispõe de um estoque de terras férteis inaproveitado, avaliado em mais de 2 milhões de hectares, cujo aproveitamento requer vastos investimentos, notadamente em infra-estrutura hídrica e irrigação. A política de armazenamento, distribuição de água e irrigação deverá ser parte integrante, e indissociável da política de reforma agrária, dentro dos moldes já citados. As ações territoriais de reforma agrária nas áreas de irrigação poderão privilegiar a grande propriedade explorada por pequenos e médios agricultores, com base em distintas alternativas, tais como vinculação cooperativa, arrendamento com opção de compra ou trabalho comunitário.

O Nordeste conta com uma significativa população de produtores rurais que praticam uma agricultura de base familiar, com padrões tecnológicos de exploração e cultivo distintos e através de relações de produção diferenciadas. Os problemas básicos que afetam esse conjunto de produtores são a dificuldade de acesso à terra e baixa sustentabilidade econômica e ambiental dos sistemas de produção. As ações territoriais de reforma agrária, nesses casos, deverão estar prioritariamente direcionadas a municípios selecionados onde existam organizações de trabalhadores rurais e prefeituras dinâmicas que possam implementar ações de acesso à terra e formas cooperativas de produção; essas ações deverão contemplar apoio à produção agrícola sob a forma de recursos hídricos e irrigação, manejos dos

sistemas de produção vegetal em áreas de sequeiro, dos sistemas de produção animal e do manejo ecológico de pragas e doenças; apoio às atividades pós-colheitas (beneficiamento e processamento da produção); apoio à comercialização e integração com o Programa de Segurança Alimentar (através da aquisição de safra em bases municipais); e recuperação e preservação ambiental!

As ações territoriais de Reforma Agrária voltadas para produtores que praticam agricultura de base familiar poderão atingir numa primeira fase de 5 a 10% dos municípios nordestinos, conjugando um esforço integrado de centros de pesquisa, universidades, prefeituras; organizações de trabalhadores rurais, ONG's, igreja, governos estaduais e agentes financiadores, financiados principalmente com recursos do FNE. Essas ações territoriais de reforma agrária deverão ser responsáveis pelo desencadeamento de uma perspectiva politizante de desenvolvimento local, deslocando o tradicionalismo patrimonialista das elites consumidoras de impostos. Considerando que a base econômica da grande maioria desses municípios ainda é a agricultura, avalia-se que a base social capaz de iniciar um ciclo de desenvolvimento local, de caráter democrático e popular, seja constituída por trabalhadores rurais, incluindo-se famílias de agricultores que já detêm a propriedade da terra.

2) Política Agrícola

Mesmo sem apoio, no Nordeste, os estabelecimentos de até 100 ha empregavam quase 85% do pessoal ocupado na agricultura (enquanto os de mais de 1000 ha geravam apenas 2,5% das ocupações) segundo o último Censo Agropecuário. Neles, se produziam 81 % do feijão, 82,5% do arroz, 80% do milho e 90% da mandioca do Nordeste.

O valor agregado por hectare gerado nos estabelecimentos de até 100 ha era 17 vezes maior que nos de mais de 1000 ha, embora o volume de investimentos por pessoa ocupada nas grandes propriedades fosse 13,7 vezes maior do que nos estabelecimentos de até 100 ha.

Portanto, os números mostram que democratizar as políticas públicas de apoio à agropecuária é um meio eficiente de promover o desenvolvimento, no Brasil e especialmente no Nordeste.

Nas áreas reformadas pelas ações da reforma agrária e fora delas, é fundamental desenhar e implantar políticas de crédito, comercialização, desenvolvimento agroindustrial, pesquisa e extensão, entre outras, que tenham como público-meta prioritário os estabelecimentos que funcionem em regime de economia familiar, com particular atenção para os que se dediquem predominantemente à produção de excedentes de produtos alimentares de amplo consumo popular (em anos normais, a produção de grãos do Nordeste é suficiente para atender apenas 50% da demanda efetiva da região, que gira em torno de 10 milhões de toneladas. A produtividade média da nossa produção granífera é de 25% da média nacional).

A política agrícola do Governo Lula poderá adotar o conceito defendido pela CONTAG, e entender como pequeno produtor familiar aquele que explore parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou ocupante (enquanto a reforma agrária não reduzir essa multiplicidade de situações), desde que atendam simultaneamente aos seguintes requisitos:

- utilizem trabalho direto e pessoal do produtor e sua família, sem concurso de emprego permanente (salvo quando a natureza sazonal da atividade agrícola exija o recurso à ajuda de terceiros);
- não detenham, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais (quantificados na legislação em vigor);
- obtenham da exploração agropecuária e/ou extrativa no mínimo 80% da sua renda familiar;
- residam na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo.

Essa seria a clientela preferencial, o que não exclui o apoio a outros tipos de produtores, mas quebra a hegemonia atual do acesso às políticas públicas pelos grandes produtores agropecuários do Nordeste.

Dada a grande diferenciação da base ecológica do Nordeste, as diversas políticas agrícolas devem considerar essa rica complexidade e apoiar-se em prioridades definidas localmente para tirar o máximo proveito das potencialidades de cada lugar. Não há soluções mágicas e generalizantes para promover o desenvolvimento rural do Nordeste. Mas há mudanças importantes que podem ser patrocinadas em muitos lugares, às vezes com investimentos modestos mas que atingem o foco correto, corrigindo a carência principal ou aproveitando o potencial mais evidente.

AMPLIAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DA BASE PRODUTIVA

A reforma agrária e uma nova política agrícola nos moldes descritos no item anterior são o ponto de partida para uma proposta integradora da transformação, ampliação e diversificação da base produtiva nordestina. Proposta que compreende a transformação de velhas estruturas no Semi-árido, Zona da Mata e Zona Cacaueira, num contexto de uma política de geração de empregos associada à regionalização da política industrial e da implantação de infra-estrutura econômica e ao estímulo das atividades terciárias, inclusive do terciário moderno. Pela sua importância estratégica para o Nordeste, a política de recursos hídricos também é tratada com destaque neste item.

1) Transformação das velhas estruturas do Semi-árido, Zona da Mata e Zona Cacaueira

O Nordeste tem regiões de ocupação antiga onde seculares estruturas sociais, econômicas e políticas resistem a mudanças e são geradoras de precárias condições de vida para milhões de pessoas. Em algumas delas, as mudanças que ocorrem pioram o quadro pré-existente. No semi-árido, por exemplo, a drástica redução da presença do algodão responde, em grande medida, pelo esvaziamento populacional das áreas rurais, pelo intenso êxodo que faveliza agora pequenas e médias cidades do sertão. O crescimento da população urbana no semi-árido entre 1980-1991 foi de 4%, superior portanto à média do Nordeste (3,5%). O fim do algodão faz desaparecer o componente monetário da renda familiar de milhões sertanejos. Hoje, muitas famílias do semi-árido, no campo e na cidade, vivem da aposentadoria do INSS. Os velhos sustentam os moços, nesta parte do Brasil.

a) Semi-árido

O Semi-árido nordestino é uma área heterogênea, como reafirma o mapeamento agro-ecológico recente elaborado pelo CPATSA, e portanto não comporta solução genérica devendo, ao contrário, cada ecossistema merecer tratamento diferenciado. A irrigação, por sua vez, não pode ser apresentada como a "grande solução", até porque estudos têm mostrado que apenas 5% do semi-árido são terras irrigáveis.

A reforma da estrutura agrária, entendida no seu sentido amplo, ou seja, englobando a estrutura fundiária, as relações de produção e a base técnica produtiva, precisa ser realizada. A estrutura prevalecente provoca a marginalização permanente da maioria e agudiza a miséria nos anos de seca.

No caso específico do semi-árido é preciso que no programa de reforma agrária se ajuste a distribuição de terra com a disponibilidade de água e as características do solo, que definirão o módulo rural mais rentável, capaz de gerar excelentes comercializáveis e uma renda digna para os produtores. A reforma agrária será instrumento para abrir espaço para a adoção de um novo modelo agrícola em que o produtor vive com sua família na terra produzindo excedentes em unidades cuja produção mercantil se realizará em regime de economia familiar. Atualmente, o modelo predominante, apoiado pelas políticas públicas, é de proprietários que moram nas cidades, com empregados que recebem baixíssimos salários. Em muitos locais, a reforma agrária deve ser associada a programas de irrigação, assistência técnica, e agroindústria.

Em outros, como nas áreas da caatinga, a pecuária aparece como a melhor opção de seu aproveitamento. Mas, mesmo nas áreas da caatinga há locais que podem ser aproveitados com o cultivo de sequeiro tradicional ou tecnificado, ou ainda com unidades baseadas na pequena irrigação. O CPATSA tem avançado nas pesquisas sobre a inter-relação do complexo solo-água-planta, nessa parte da zona semi-árida definindo diversos modelos de exploração. Já se dispõe hoje de um estoque razoável de tecnologias voltadas para a convivência, a sobrevivência, e a produção no Nordeste semi-árido, superando o velho enfoque de luta 'contra' a seca, fato normal na região. Em muitas partes do semi-árido, onde a pecuária aparecerá como atividade mais importante, e a reforma fundiária contribuirá para reduzir seus níveis atuais de extensividade, será possível aumentar a disponibilidade de alimentos para os animais no próprio semi-árido, com projetos que estimulem o plantio de pastagens e o readensamento da vegetação nativa. Também é possível promover a melhoria gradativa das raças de animais existentes, principalmente dos caprinos.

A política de recursos hídricos é tão crucial quanto a da reforma agrária. A política de açudagem concentrou 3/4 da água armazenada nas grandes propriedades privadas e os programas de infra-estrutura hídrica tendem a privilegiar o enfoque de obras. Redefinir a política de recursos hídricos é fundamental e urgente.

As políticas públicas devem ter como unidade de planejamento as bacias hídricas, nos seus diversos ecossistemas. Como na maior parte do semi-árido as fontes de água são limitadas, dispersas, temporárias, o tratamento local descentralizado e democratizado do manejo hídrico com decisões tomadas num modelo participativo, deveria ser predominantemente adotado.

Também são importantes para mudar o semi-árido, alterar a políticas de crédito

(criando linhas adaptadas à realidade dos pequenos produtores e ao calendário agrícola da região), a política de infra-estrutura produtiva e social, a orientação da política educacional (em especial a da' zona rural).

Além disso, o estímulo à agro-indústria e a pequenos negócios não agrícolas (artesanato, comércio, serviços, etc.) é importante face à crescente urbanização da população local.

b) Zona da Mata

Na Zona da Mata, a agroindústria canvieira continua sendo a atividade econômica mais importante. Mesmo com maiores custos relativos a cana é uma atividade atraente a nível regional por haver menores condições de substituição por outras culturas, em comparação com o centro-sul. Além disso leve-se em conta a complementariedade das safras Norte-Nordeste e Centro-Sul, o custo do transporte entre as regiões e a vantagem relativa dessa região em termos de proximidade dos portos para exportação. O BIRD classifica o Nordeste, apesar de menos eficiente em relação ao centro-sul do Brasil, como altamente eficiente para os padrões mundiais.

No entanto, a agroindústria canvieira sobrevive sob forte proteção do Estado, inibindo os estímulos aos aumentos de produtividade e cristalizando uma mentalidade empresarial avessa às mudanças. Apesar da grande capacidade de sobrevivência às crises, impõe aos padrões tecnológicos e de gestão uma grande lentidão e resistência às mudanças.

Dada a importância da cultura canvieira e da grande quantidade de população que emprega, o setor deverá estruturar-se levando em conta:

- O Programa de Reforma Agrária, que dará prioridade às áreas canvieiras, usando como instrumento de democratização do acesso à terra, entre outros, a troca de dívidas com o governo por terras;

- A revisão da ação protecionista do Governo para o setor, criando uma Câmara Setorial que discuta e avalie, periodicamente, seu desempenho (composta por empresários, trabalhadores, técnicos governamentais e sociedade civil) evitando a sobrevivência dos empresários ineficientes às custas dos recursos públicos.

- Modernização da atividade com melhoria da produtividade agrícola e industrial e redução significativa das áreas plantadas com cana.

- Fomento à diversificação produtiva agrícola e agro-industrial nas áreas liberadas da cana, dando prioridade aos pequenos produtores que já possuem terras.

- Estímulo aos negócios urbanos na região (turismo, artesanato, etc.).

- Investimentos em educação, saúde e, especialmente saneamento, tirando as decisões sobre as políticas Sociais do controle exclusivo dos proprietários, como é hoje.

c) Zona Cacaueira

A Zona Cacaueira enfrenta uma nova conjuntura difícil com redução do preço internacional do seu principal produto, que agrava sua problemática de baixa

produtividade, refletindo-se em perda de competitividade e crise. Crise, aliás, que é um componente constante na história econômica desta região nordestina. As soluções até agora apresentadas têm sido precárias, paliativas, de intervenção de curto prazo e incapazes de apontar uma alternativa para a população que vive nesta parte sul da Bahia.

Tendo ao seu lado a pecuária, que ocupa cerca de 1,5 milhão de hectares, com baixo desfrute face sobretudo ao mau manejo das pastagens, e outras atividades como o dendê, a seringueira, o cravo da Índia etc. cuja ocupação não ultrapassa 60 mil hectares e não tem expressão econômica, o cacau ainda vai precisar receber apoio governamental, inclusive para resistir às ameaças da "vassoura-de-bruxa" e às freqüentes oscilações da demanda e dos preços internacionais.

Mas, evidentemente, o sul baiano precisa de uma nova alternativa econômica que tire proveito da sua excepcional diversidade adafoclimática, de sua excelente localização geográfica (de acesso rápido ao Sudeste e restante do Nordeste brasileiros), do porto de Ilhéus, da estrutura de pesquisa e assistência técnica existentes na região, e de centros urbanos e industriais relativamente importantes como Ilhéus e Itabuna, entre outras potencialidades regionais.

Nesse contexto, na região dos Tabuleiros - faixa litorânea de terra plana, com cerca de 2 milhões de hectares - poderia ser instalado um complexo agroindustrial novo, com base no dendê. Esta é uma proposta já em discussão na região. Destaque-se que este produto pode ser cultivado em sistemas consorciados tanto com plantas perenes (como o cacauzeiros) como com lavouras semiperenes (café) ou mesmo temporárias (soja, feijão ou mamona).

Ao longo de 10 anos, poder-se-iam implantar 300 mil hectares de dendezaís, escala que viabilizaria o desenvolvimento de um pólo oleoquímico com base na cadeia produtiva do dendê em suas etapas de produção do óleo bruto, processamento e refino, podendo gerar dezenas de produtos alimentícios e óleos químicos, diversificando a base produtiva da região cacauzeira.

Tal atividade seria associada à reforma agrária onde a produção familiar fosse a base, tal como ocorre na Malásia. Além do mais, os dendezaís reflorestariam as áreas degradadas dos tabuleiros costeiros, sendo também incorporados aos programas de florestas energéticas (produção de óleo diesel), com impacto ecológico favorável. O financiamento externo poderia ser atraído para este projeto.

2) Política de Recursos hídricos

A capacidade de acumulação de água no Nordeste é atualmente da ordem de 80 bilhões de metros cúbicos, o que dá um expressivo superávit face à demanda. Mas o excedente está muito desigualmente distribuído donde o precário atendimento à demanda de muitas localidades, especialmente a chamada "demanda rural difusa", a demanda de pequenos municípios e mesmo a demanda de áreas metropolitanas da Região. O "carro-pipa" é usado em períodos de chuva regular, e não só nos anos de seca, em muitos pontos do Nordeste semi-árido.

A água é um dos elementos mais crítico do Nordeste. O acesso a ela gera mecanismos de dominação permanente das elites sobre a maioria desprovida desse recurso. Água para consumo e para a produção é uma restrição grave para milhões

de nordestinos. O acesso à terra é muitas vezes mais fácil, mesmo que pela via da parceria e do arrendamento. Daí a importância de redefinir urgentemente a política de armazenamento, utilização e gerenciamento dos recursos hídricos da região, considerando a natureza dos diversos tipos de demanda. Megaprojetos como o da transposição das águas do rio S. Francisco, nas condições atualmente propostas, tendem a fortalecer os latifúndios, a beneficiar poucos e a continuar marginalizando do acesso a esse importante recurso milhões de nordestinos e milhares de estabelecimentos produtivos da região semi-árida. Aloca vultosos e raros recursos e desconsidera alternativas mais simples e mais baratas que para muitos locais poderiam ser melhor solução.

3) Geração de empregos

O fato de registrar, em 1990, 25 % da sua população ocupada com rendimento inferior a um salário mínimo, contra 13 % para o país, diz bem das condições de trabalho no Nordeste. O problema não é só de desemprego, mas também de baixa produtividade.

Além disso, contendo 29% da população nacional, o Nordeste representa apenas 15 % da economia brasileira, significando que a base produtiva regional, é mais estreita ainda que a nacional. Essa situação se agrava com a crise dos anos 80/90, que provoca inclusive migrações de retorno ao Nordeste dos trabalhadores que buscavam outras regiões, aumentando a pressão sobre mercado de trabalho local.

Nesse contexto, o projeto de governo da FBPC para o Nordeste não pode deixar de considerar como objetivos da maior relevância:

a) o crescimento e a diversificação da economia regional, consolidando pólos, complexos e estruturas produtivas criadas através de políticas regionais e nacionais implantadas e abrindo outras oportunidades de investimentos produtivos em novas áreas de grande potencialidade. Nesse sentido, o que se propõe é um esforço de regionalização das políticas econômicas no qual a dimensão espacial seja relevante no contexto do desenvolvimento da economia nacional e da criação de emprego e renda. Além disso, as prioridades devem ser estabelecidas também com base nas suas repercussões na implantação de cadeias produtivas regionais eficientes e competitivas e na consolidação de cadeias inter-regionais já existentes. No caso nordestino, é importante referir o eixo petroquímico, o pólo metalmeccânico, os complexos agroindustriais da agricultura irrigada, os pólos de produção têxtil e de confecções, a agroindústria moderna dos cerrados e, nos aglomerados urbanos de maior porte, a associação produtiva de pequenas e médias empresas de serviços especializados -- informática, formação, profissional e assistência técnica -- com indústrias de maior porte.

b) simultaneamente, a realização de profundas reformas na estrutura produtiva de algumas sub-regiões (Zona da Mata, Zona Cacaueira e Semi-árido, em particular, e em outros sub-espacos a serem estudados nos diversos estados da região), nos moldes descritos nos itens anteriores deste documento.

c) em paralelo, um conjunto de programas complementares não só voltados para o

aumento da renda das pessoas engajadas nos pequenos negócios urbanos como para a criação de novos empregos através da implantação de infra-estrutura social e econômica. Essa estratégia contempla pelo menos três linhas de ação:

- apoio ao setor informal, com ações orientadas para a associação dos pequenos produtores visando, entre outras coisas, a introdução de processos de trabalho dos quais resultem menores custos e maior qualidade dos produtos;

- desenvolvimento do pequeno e médio negócio rural e urbano, reforçando e ampliando instituições de apoio a este segmento produtivo, notadamente no que se refere ao crédito e assistência técnica. Além disso, o setor informal e os pequenos e médios negócios deverão vir a se constituir parte integrante dos programas de desenvolvimento do turismo na região, devendo a ação governamental contemplar formas de participação dessas unidades produtivas;

- implantação de infra-estrutura para melhoria das condições de habitação, saneamento básico, educação e saúde, devendo ter um tratamento especial a construção de infra-estrutura para a implantação e consolidação dos assentamentos de reforma agrária. A construção dessa infra-estrutura, além dos fins a que se destina no contexto das políticas sociais, é também geradora de empregos em grandes quantidades.

Essas três estratégias deverão ser complementadas ainda por programas de melhoria dos empregos existentes, apoio aos desempregados e mudanças institucionais na área do trabalho, considerados em detalhes nas propostas do programa nacional "Mais e Melhores Empregos", parte integrante do Programa de Governo da FBPC.

4) Política industrial e de infra-estrutura econômica:

A política industrial no Projeto da FBPC para o Nordeste considera que o setor, mesmo não sendo o principal segmento para a resolução do problema do emprego, representa um importante gerador de rendas que, bem direcionadas, poderão colaborar na mudança das estruturas regionais, em particular na ampliação e diversificação da base produtiva. É importante salientar que a região detém um parque industrial significativo, que se ampliou e modernizou nas últimas décadas, representando cerca de 10% do nacional e contando com peculiaridades locais que permitem o surgimento de oportunidades estratégicas, seja no mercado nacional ou internacional.

Ao se desenhar o novo quadro industrial brasileiro (no qual se ressalta ainda uma grande concentração industrial no Sudeste, mais recentemente desconcentrando para Minas e para a região Sul), o Nordeste surge com significativas potencialidades, representadas pelos novos pólos dinâmicos como os da agro-indústria do São Francisco e do Cerrado, o têxtil confecções do Ceará, o minero-metalúrgico do Maranhão e químico da Bahia e Pernambuco, entre outros. A proposta do Governo Lula considera o potencial desses pontos de dinamismo articulados nacional e internacionalmente.

Na proposição da FBPC, a política industrial para o Nordeste é vista como parte do processo decisório de regionalização do parque industrial brasileiro, articulada à política científico-tecnológica e educacional.

Pensar no crescimento industrial sustentado significa também discutir as condições da infra-estrutura econômica existente e os mecanismos de incentivo financeiro em operação.

Pela sua importância estratégica, as propostas de ciência e tecnologia e educação têm um detalhamento à parte, em itens específicos. No caso da infra-estrutura econômica, as propostas aparecem logo a seguir.

Nesse contexto de política industrial, algumas linhas prioritárias de ação podem ser enunciadas:

a) regionalização dos investimentos das estatais, sempre que, sem comprometimento da eficiência e competitividade, haja condições de fazer isso. Nesse sentido, é preciso recuperar a decisão da Petrobrás de implantação de uma refinaria de petróleo no porto de Suape. Da mesma forma, a Vale do Rio Doce deverá estudar a viabilização da expansão da produção de aços planos nas margens da estrada de ferro de Carajás, inclusive porque a recente eliminação do preço nacional unificado para o aço afetou a competitividade de numerosas indústrias que usam esse insumo no Nordeste, em especial em Pernambuco e no Ceará.

b) implantação de programas de porte suficiente para efetivamente apoiar as pequenas e médias empresas da região, funcionalmente articuladas às grandes;

c) apoio à implantação de unidades de processamento de alimentos e bebidas em perímetros irrigados com custos competitivos para a produção de trutas tropicais e outros produtos. Neste caso, deve-se garantir o escoamento ágil e a infra-estrutura de armazenagem das matérias-primas;

d) definição de instrumentos específicos de apoio para a implantação de atividades de alta tecnologia em alguns centros urbanos. Existem oportunidades para a química fina e transformação petroquímica em Camaçari; para o desenvolvimento de software para exportação; para a área de produtos de instrumentação, entre outras.

e) recuperação e extensão de mecanismos de apoio à exportação para segmentos que têm conseguido conquistar "nichos" de mercado internacionais promissores (casos dos intermediários petroquímicos, têxtil, artesanato, entre outros);

f) articulação da petroquímica da Bahia com a cloroquímica de Alagoas, com as potencialidades do pólo mineral de Sergipe e com a área sucro-alcoolquímica de Pernambuco, otimizando na região a utilização dos intermediários.

Para dar suporte a essas linhas de ação, a FBPC propõe investimentos em infra-estrutura econômica com as seguintes características:

Transportes

As diretrizes essenciais para a política de transportes da região, visando atender as metas definidas no Programa de Governo da FBPC são as seguintes:

1) mais essencial do que para o restante do país está a ação de frear a deterioração da infra-estrutura viária. Nas rodovias federais e estaduais, deve-se iniciar urgentemente programas de manutenção preventiva e de restauração gradativa dos trechos mais afetados, por onde escoarão tanto os produtos quanto os insumos necessários a todos os programas ligados ao desenvolvimento industrial e agrícola da região. Na ferrovia, deve-se tomar medidas emergenciais em pontos

críticos da malha e no parque de tração para retirá-la da iminência de colapso a que vive submetida, dando-lhe, com isso, uma chance de recuperação.

2) numa perspectiva do conjunto da região, a construção de uma malha intermodal básica é fundamental para o Nordeste. Para a sua obtenção, a construção da chamada ferrovia Transnordestina (complementação da malha nos trechos CratêusPiquet Carneiro, Missão Velha-Petrolina, Bonfim-laçu, interligando o sistema Nordeste com o do Sudeste em Monte Azul, Minas Gerais), juntamente com a restauração dos acessos ferroviários aos portos de Fortaleza, Recife e Aratu e da própria modernização desses portos constituem ações indispensáveis. Vale ressaltar que a restauração da malha rodoviária e a construção de equipamentos adequados de transbordo entre os modais possibilitarão a maior eficiência dessa malha de transportes regional.

Essa malha intermodal básica tem, primeiro, uma importância estratégica pois permite uma ligação entre os estados nordestinos pelo seu hinterland a uma distância média superior a 400 km do litoral. Segundo, ela pode desempenhar um papel de integração social, possibilitando uma melhor estruturação para a produção da região, desde as fazendas e fábricas até seus consumidores finais. Terceiro, ela tem um papel econômico, pois possibilitará o escoamento de toda uma produção de regiões de forte expansão agrícola, situada ao sul do Maranhão, parte do Piauí, vale do São Francisco e oeste baiano, tanto para exportação quanto para processamento e consumo nos demais estados nordestinos atendidos por esta vasta malha intermodal.

Além do mais, essa malha de transporte do Nordeste possibilitará a integração dessas áreas de vital importância para uma região de fortes carências alimentares, evitando que seu escoamento se dê para o Norte ou para o Sudeste com fins exclusivos de exportação. Da mesma forma, ela fornecerá condições vantajosas a produtos tipicamente ferroviários como, por exemplo, combustíveis, produtos alimentares básicos (arroz, feijão, milho, açúcar, etc.), sal de Mossoró, gipsita de Pernambuco etc, além de produtos industrializados.

Além do projeto da Transnordestina, deverá ser estudada a viabilidade de se concluir a ferrovia de Carajás e de se fazer a ligação da malha ferroviária anteriormente descrita com a ferrovia Norte-Sul.

3) deve-se buscar uma otimização e divisão de usos para os 12 portos regionais, buscando concentrar cargas em alguns deles e através de uma operação de "transshipment" servir os demais. Os portos de Itaqui, Fortaleza, Suape e Aratu, por suas áreas de influência e por suas características seriam os mais indicados para cumprir a função de portos-âncoras. Esta diretriz servirá de base para a elaboração do Plano Portuário Regional. O quadro institucional deverá ser reestruturado, garantindo autonomia às administrações portuárias, porém definindo primeiramente a nova política de financiamento, a adequação da Lei de Modernização dos Portos e garantindo recursos para que possam estruturar-se minimamente no tocante a sua infra-estrutura e dragagem para iniciar um novo ciclo;

4) a adequação do transporte rural (através da implantação de um programa de rodovias vicinais de uso perene) tem de ser encarada como uma prioridade do Governo Federal e entendida como um elemento fundamental para o sucesso dos programas de produção de alimentos, reforma agrária, incentivo ao desenvolvimento

da micro e pequena empresa no interior da região Nordeste;

A estratégia de implantação da infra-estrutura básica da malha viária rural tem de obedecer a um planejamento e gestão a nível micro-regional, onde todo o processo construtivo, de operação e de manutenção se dê de forma integrada, racionalizando desta forma os meios e adequando os cronogramas de construção e manutenção aos períodos de liberação da mão-de-obra agrícola, fortalecendo assim os níveis de renda e emprego da região. Nos períodos de seca, essa estratégia de utilização de mão-de-obra deve ser intensificada, para o que se faz necessário dispor de projetos previamente elaborados e hierarquizados para cada micro-região.

Energia

A principal fonte de energia elétrica do Nordeste, a hidreletricidade do São Francisco, está exaurindo sua capacidade de ampliação e mesmo a grande parcela que já está viabilizada hoje está sendo disputada por outros usos. Sendo um dos serviços de infra-estrutura indispensáveis ao desenvolvimento econômico e social, o desafio para o Governo Lula é, portanto, definir linhas estratégicas de ação que levem em conta a necessidade de romper com a forma tradicional de tratar a questão energética no Nordeste, incluindo a visão regional no Programa Nacional de Energia e articulando soluções para os grandes desafios brasileiros como o emprego, reforma agrária e política agrícola, desenvolvimento científico e tecnológico, política industrial e meio-ambiente.

A FBPC tem em conta que a questão da geração e transmissão de energia elétrica no Nordeste pode ser vista pragmaticamente como um problema da sua concentração em uma única empresa com estoque de dívidas elevado e necessidade de investimentos para expansão da oferta, além de ter a sua fonte local de energia em exaustão. Quanto à distribuição, sabe-se que se centraliza em empresas estatais estaduais de pouca eficiência e forte demanda de grupos sociais de baixa renda, que precisam ser atendidos sem praticar a "caridade" social que levaria as empresas à bancarrota.

Nesse contexto, ao qual se acrescenta o fato de que o Governo Federal não dispõe de recursos e nem o mercado existente suporta o custo de trabalhar simultaneamente várias alternativas para atender a demanda futura de energia elétrica, a proposta da FBPC para a infra-estrutura de energia elétrica no Nordeste tem as seguintes características:

1. primeiro, constata que a oferta de energia elétrica para a região está equacionada até o ano de 2004 com Xingó e que a oferta após este ano deve ser equacionada no intervalo de 1995-2000;

2. considera, ainda, que, no caso de se adotar a solução de geração a partir de usinas na Amazônia, as decisões de investimento têm que ser tomadas já, tratando-se de grandes investimentos iniciais num quadro de fortes pressões da burocracia estatal da Eletrobrás e das grandes empreiteiras;

3. propõe implantar projetos-pilotos para avaliar a viabilidade econômico-social das soluções de energia elétrica a partir de florestas energéticas, desenvolvendo instrumentos normativos para as questões correlatas do desenvolvimento tecnológico e da política industrial. Em relação à solução hidre-

létrica da Amazônia, os investimentos iniciais são menores e podem ser modulados em função do mercado;

4. considera que a energia gerada a partir de fontes eólicas, solar e de biomassa podem se constituir em solução intermediária, principalmente se associada à utilização em unidades de produção descentralizadas;

5. descarta a adoção de geração de energia elétrica a partir da fissão nuclear para o Nordeste, tendo em vista a possibilidade de outras soluções; e

6. define que a política tarifária deverá ser revista, buscando-se uma redução de impostos federais cobrados, aliada à uma revisão nos subsídios concedidos aos consumidores eletro-intensivos.

Telecomunicações

O fortalecimento das estruturas convencionais de telecomunicações bem como a ênfase na articulação da indústria local com as redes de comunicação nacionais e internacionais;

Infra-estrutura tecnológica de apoio industrial

Um forte apoio à capacitação tecnológica regional, principalmente nas áreas de suporte aos novos programas industriais, com a criação de laboratórios nacionais na região que poderão ter efeito dinamizador para o surgimento de novos parques fabris (como exemplo, laboratórios de empresas estatais ou seus segmentos regionais).

No novo modelo de financiamento que o Brasil deverá implementar, será importante estimular a parceria do Estado em iniciativas como a da Pernambuco S.A., onde os empreendimentos empresariais são financiados via participação acionária da companhia, da qual faz parte o BNDESPAR. No caso dos outros mecanismos financeiros, o FINOR e o FNE devem ser rediscutidos, atrelando-se o seu apoio a prioridades industriais e agroindustriais pré-definidas. Esses recursos devem contemplar também os pequenos e médios empresários na sua articulação com as grandes empresas, condição básica para um crescimento mais harmônico. Faz-se necessário, ainda, dar condições de competitividade à indústria local pelo retorno da equalização dos preços do aço e derivados de petróleo em todo o território nacional, ou instrumento similar.

5) Apoio ao turismo

O turismo é evidentemente uma frente de expansão da atividade produtiva. Uma potencialidade do Nordeste. O projeto das elites também destaca o setor, mas seu modelo de exploração é restritivo e, como sempre, concentra desnecessária e exageradamente a apropriação do excedente gerado nesta atividade nas mãos de poucos. Em muitos casos, a concepção é de instalar verdadeiros enclaves no litoral, beneficiando alguns grandes grupos, valorizando o patrimônio imobiliário de algumas famílias ou grupos empresariais e tirando partido apenas das belíssimas praias de águas mornas do Nordeste.

Existe negociado um programa com o BIRD, o PRODETUR, cuja gestão estará na

esfera do BNB, que aplicará cerca de US\$ 400 milhões através de empresas estaduais responsáveis pelos projetos, a partir de 1995 e por um período de 4 anos, em sua primeira etapa. O BNDES também inclui o turismo entre as prioridades do NORDESTE COMPETITIVO. A concepção do modelo de exploração desses programas pode ser ampliada para beneficiar áreas com potencial fora do litoral, investindo também em equipamentos de alojamento mais acessíveis ao turista nacional (uma vez que a hotelaria de luxo já tem tido muita ênfase nos últimos anos), financiando ao mesmo tempo equipamentos de lazer, empresas prestadoras de serviços ao turismo e programas de capacitação de pequenos empresários e pessoal de apoio para o setor.

Nesse sentido, a FBPC propõe que o foco da atividade seja ampliado para apoiar e valorizar outras riquezas turísticas do Nordeste, com seu rico artesanato e sua excelente, diversificada e pouco divulgada riqueza cultural. O cuidado com o impacto ambiental dos projetos turísticos e com a educação ambiental são também importantes pilares de uma concepção mais abrangente. Pode-se integrar crescentemente o Nordeste no circuito do movimento internacional dos fluxos turísticos, tirando proveito da localização geográfica vantajosa face aos grandes pólos emissores dos EUA e Europa, mas pode-se fazer isso de forma que o efeito sobre a renda e sobre o emprego seja maior entre os nordestinos. Aí, também, seremos competitivos sem medo de ser Brasil.

6) Apoio à agricultura irrigada associada à reforma agrária e agro-indústria

A agricultura irrigada, associada à reforma agrária e agro-indústria, pode representar uma frente de expansão da base produtiva do Nordeste. As possibilidades da fruticultura irrigada são indicadas em diversos estudos para áreas como o Baixo e Médio Jaguaribe (CE), Vale do Açu (RN), Vale do Piranhas (PB), submédio e médio S. Francisco (PE, BA e MG). A reforma agrária democratizará a apropriação do excedente gerado em padrões elevados de produtividade e a agroindústria ampliará os efeitos dinâmicos da produção agrícola. Estudo recente do BNB indica possibilidades para o processamento de uvas, o beneficiamento do arroz, a fabricação de pó e pasta de alho, o congelamento de aspargos e similares, o beneficiamento e frigorificação de frutas tropicais, a desidratação de pimentão, o beneficiamento de sementes, a realocação e modernização de indústrias de beneficiamento de algodão e arroz. A experiência brasileira e nordestina mostram que o desenvolvimento da agricultura irrigada trará resultados mais efetivos em termos sociais se for realizado em estreita articulação com o Programa de Reforma Agrária. Paralelamente, é fundamental investir na capacitação dos produtores irrigantes (sobretudo no semi-árido, onde a herança cultural é de atividades de sequeiros e da pecuária). Ao mesmo tempo, deve-se atentar para prevenir efeitos adversos sobre o meio ambiente, cuidando especialmente das possibilidades de salinização do solo.

No Semi-árido, há limitações ambientais para o uso das técnicas de irrigação, não sendo prudente esperar que se possa irrigar, em bases técnicas confiáveis, uma área superior a 2.500.000 ha. Estudos nesse sentido existem e têm demonstrado a viabilidade técnica e econômica de se irrigar, principalmente em áreas sedimentares,

o que tem motivado os governos a continuar incentivando o seu uso nessas áreas. Problemas de irrigação existem, sendo um dos mais sérios a salinização, que vem se verificando de forma assustadora em praticamente todos os perímetros irrigados da região, os quais já possuem 1/3 de suas áreas comprometidas. Esses problemas deve ser enfrentados com a adoção de soluções locais, utilizando a capacidade técnica instalada na região.

Outra preocupação que deve ser considerada é aquela voltada para a irrigação praticada fora da área potencial acima referida, aproveitando, sobretudo, a existência de fontes aluviais, a malha de açudes e poços e a perenização de rios. Estas ações são postas em prática através da elaboração de programas governamentais especiais nos quais a irrigação é a principal atividade, visando o atendimento do pequeno produtor, na sua maioria de baixa renda, numa área estimada em aproximadamente 95 a 98% da região Nordeste. Na maioria das vezes, essa irrigação é realizada em bases técnicas mal definidas, até com certo grau de empirismo, por inexistência ou não confiabilidade de dados indispensáveis para o uso correto da irrigação em regiões de embasamento cristalino. Geralmente, os solos desse tipo de ambiente são impróprios para a irrigação por apresentarem pedregosidade acentuada, dificuldade de drenagem, baixos teores de matéria orgânica e, sobretudo quando aliados a uma elevada evapotranspiração potencial, são acometidos, inevitavelmente, por problemas de salinização. As águas das chuvas, quando em contato com esse tipo de substrato, também se mineralizam com facilidade, acarretando, entre outras consequências, a salinização de açudes e poços (fonte aluvial), e quando usadas na irrigação a queda da produtividade das culturas é inevitável. Essas características não são exclusivas da região Nordeste mas das regiões semi-áridas a nível mundial, trazendo como resultado prejuízos também ao meio ambiente.

Nessa mesma linha de raciocínio, podemos estender o problema para a irrigação que vem sendo praticada na malha de pequenos e médios açudes do Nordeste, em que a grande quantidade de energia disponível no ambiente, proporcionando altas temperaturas, ventos quentes, baixa umidade etc., faz com que haja um intensa evaporação nesses açudes e boa parte deles seque ao [mal da estação seca. Aqueles açudes de maior volume acumulado que não chegam a secar não possuem solos em suas bacias com características adequadas que permitam o uso de uma irrigação em bases técnicas satisfatórias (podem ser citados, como exemplo, os açudes de Orós, Cedro e Banabuiú no Ceará, bem como Curemas e Mãe D'água na Paraíba, entre outros).

Em se tratando de irrigação com água de rios perenizados, seria prudente ter mais cautela em tais situações, dadas as características de solos existentes nas bacias hidrográficas de alguns rios temporários no Nordeste. Estudos atestam que determinados tipos de solos têm a capacidade de mineralizar, com certa facilidade, as águas das chuvas que escorrem superficialmente, salinizando o reservatório de regularização, refletindo-se no rio perenizado a mudança de qualidade da água represada.

Tendo em vista essas considerações, a FBPC propõe para a irrigação praticada em embasamento cristalino o seguinte:

- a) o desenvolvimento de estudos e pesquisas que promovam um melhor

conhecimento acerca dos fatores que causam a salinização em tais condições; b) o desenvolvimento de planos de manejo para uso das águas salinas;

c) pesquisas visando determinar o comportamento de culturas quando submetidas a irrigação com águas salinas;

d) seleção e cultivo de espécies halófilas (plantas que vivem em ambientes salinos) em locais comprovadamente degradados pela ação dos sais;

e) desenvolvimento de técnicas de recuperação de solos salinos que sejam economicamente viáveis;

t) estudos visando a delimitação (zoneamento) de áreas aluviais com potencialidades para a prática da pequena irrigação.

A política de apoio à irrigação deve, ainda, associar os instrumentos de reforma agrária aos instrumentos de financiamento à pesquisa, à assistência técnica e capacitação dos irrigantes, ao financiamento de obras de captação e distribuição da água e ao financiamento à implantação de culturas irrigadas. O incentivo ao associativismo entre os irrigantes e o apoio à comercialização também devem ser parte integrante de um programa de irrigação no Nordeste.

A irrigação como panacéia, especialmente para o Semi-árido não tem sentido. Mas, em cada local onde for viável a adoção das técnicas de irrigação para desenvolver a atividade agrícola, ela deve ser estimulada. O importante é discutir a forma como será organizada a produção. Irrigação é uma técnica. O que define a natureza dos resultados do seu uso é a organização social e econômica no seio da qual ela será utilizada, são as relações de produção que se estabelecerão em torno das áreas irrigadas. O excedente a ser gerado, e especialmente a sua apropriação, é o que importa analisar em cada caso.

EDUCAÇÃO, CIDADANIA E QUALIDADE DE VIDA

Estudos sobre a qualidade do ensino público no Brasil ressaltam os baixos níveis de desempenho das redes de ensino e o descompasso entre as mudanças que perpassam a sociedade e o modelo de escola pública oferecido a gerações que convivem com as exigências da formação de competências sociais, da redescoberta da ética nas relações, da disseminação dos instrumentos de informação, da revolução da informática e do avanço da tecnologia. No Nordeste, a situação se agudiza, porque a problemática foi sempre encaminhada de forma localizada, excluindo a região da agenda de potencialidades para o desenvolvimento do país, como mostram os indicadores educacionais: a taxa de analfabetismo no Nordeste é de 39,1%, o dobro do índice nacional (19,6%); na faixa etária de 07 a 14 anos permanece um déficit de escolarização de 26,7% (IBGE, 1992). O nordestino permanece apenas 3,3 anos na escola, em decorrência, entre outros aspectos, da baixa produtividade do desempenho escolar, que convive com elevadas taxas de repetência, produzindo expressivos contingentes de jovens e adultos funcionalmente analfabetos.

É evidente que a superação dos obstáculos que estão postos à conquista da escola pública de qualidade no Nordeste não depende apenas de resolução local ou de soluções internas aos sistemas de ensino, mas está relacionada à construção de um novo patamar de desenvolvimento, que confira à Região um lugar de parceiro na

tarefa de construir um país mais justo e igualitário. Trata-se, portanto, de responder efetivamente ao desafio de identificar e mobilizar as potencialidades da Região, criar as condições de transformação de sua base produtiva e recuperar a centralidade da questão educacional no conjunto dessas mudanças.

Nesse sentido, abrem-se as possibilidades para a conquista de um sistema educacional conforme os compromissos do Governo Democrático e Popular, no sentido de assegurar “a primazia da justiça e da solidariedade e o exercício pleno da cidadania a partir do domínio do conhecimento que deve possibilitar a autonomia intelectual dos cidadãos e uma postura crítica e ativa na vida social” (FBPC).

Para tanto, propõe-se uma política educacional norteada pelas seguintes diretrizes:

Democratização da gestão: descentralização das decisões, com implantação de instâncias colegiadas (Conselhos Escolares, Comissões Regionais de Educação, Conferências Nacional, Estaduais e Municipais de Educação);

Universalização do acesso no Ensino Fundamental e expansão significativa de atendimento nos demais níveis e modalidades de ensino;

Garantia das condições indispensáveis à escolarização de qualidade: revisão das propostas curriculares, com definição de padrões básicos de aprendizagem a serem alcançados, contemplando a educação ambiental de forma interdisciplinar, infraestrutura necessária ao bom andamento das atividades de ensino-aprendizagem, como: manutenção e ampliação do parque escolar; implantação de bibliotecas escolares; distribuição de material didático; implantação de uma política do livro didático e de programas suplementares como a oferta de merenda escolar de boa qualidade o ano todo;

Valorização do educador: admissão apenas por concurso público, garantia de uma política salarial digna e de programas de formação continuada.

Na busca da escola pública de qualidade apresentam-se como linhas estratégicas:

Estabelecimento de parcerias entre o poder público e os diferentes segmentos da sociedade;

Implementação de mecanismos que explicitem um regime de cooperação entre a União, os Estados e os Municípios, ressaltando, nesse contexto, o papel destinado às universidades;

Avaliação permanente e continuada, que assegure à população informações a respeito da qualidade dos serviços prestados pela escola.

Ações prioritárias propostas para a Educação Básica, o Ensino Superior, a Educação à Distância e Recursos financeiros:

1. Educação Básica

a) Educação Infantil: Expansão do atendimento à criança de 0 a 6 anos, priorizando o caráter educativo da creche e da pré-escola, com garantia da alocação de recursos financeiros, de modo a assegurar a qualidade dos serviços prestados. Desta forma, toma-se necessário:

Definir mecanismos de controle e de avaliação da qualidade dos serviços prestado ;

Garantir o atendimento integral à criança, através;

Da jornada de 8 horas:

Da elaboração de propostas curriculares que contemplem as dimensões afetiva, expressiva, lúdica, sócio-interativa e cognitiva;

Do estabelecimento de padrões básicos de aprendizagem a serem alcançados.

b) Ensino Fundamental: no âmbito da política educacional do governo democrático-popular para a Educação Básica, terá prioridade absoluta a universalização, com qualidade, do Ensino Fundamental. A perspectiva é garantir a equidade na terminalidade das oito séries, em oito anos de escolarização. Nesse sentido, a escola pública de qualidade deve estar apta a preparar o aluno para as exigências postas por um mundo em permanente mutação, segundo os requisitos da justiça social, da cidadania plena e do novo perfil proposto pelas transformações que estão ocorrendo no processo produtivo. Agenda mínima a ser contemplada nesse nível de ensino:

Realização do censo escolar, racionalizando a oferta em função da demanda existente e da potencial;

Garantia de 200 dias letivos e da jornada escolar mínima de 04 horas;

Atendimento especializado aos alunos portadores de deficiência;

Programas específicos para a zona rural: Formação de professores leigos;

Programa de Transporte Escolar;

c) Educação Básica de Jovens e Adultos: Existem no país cerca de 17 milhões de analfabetos com idade superior a 15 anos, sendo que 10 milhões estão no Nordeste (IBGE 1991). As diversas ações desenvolvidas pelos governos, principalmente em caráter de campanha de alfabetização, não conseguiram reverter esse quadro, que é agravado quando se inclui o analfabetismo funcional. Agenda mínima a ser contemplada pelo Governo Democrático:

Garantia de uma política que assegure tanto a especificidade da EBJA quanto sua inserção orgânica na proposta de recuperação da Educação Básica no país;

Cumprimento das disposições transitórias da Constituição Federal;

Recenseamento da população, convocando-a à escolarização;

Conjuntamente com os Cursos de Licenciatura e de Magistério, promover a reformulação dos respectivos currículos, incorporando disciplinas e metodologias específicas da alfabetização de jovens e adultos.

d) Ensino Médio: Ampliação progressiva de vagas, reconhecendo o ensino médio como parte da Educação Básica, garantido o acesso ao conhecimento científico, humanístico e cultural de boa qualidade. A formação profissional não substitui a formação escolar, sendo-lhe complementar. Serão criados Centros Públicos de formação profissional, que atendam à qualificação de milhares de jovens e adultos. Será implementada a gestão tripartite dos fundos e do sistema SENAI, SENAC, SENAR, com a participação do poder público, trabalhadores e empresários (FBPC, cap.IV).

2. Ensino Superior:

Os estabelecimentos públicos de ensino superior no Nordeste são apenas 116 (13,5 %), de um total de 855 instituições. Por outro lado, verifica-se que é o setor público o responsável pela formação de profissionais em nível superior (64%). Do

total de alunos matriculados em estabelecimento de ensino superior no país, apenas 15,9% do total estão no Nordeste (Were, 1994).

Diante desse quadro, propõe-se:

Expansão qualitativa das IFES, compreendendo áreas inovadoras do conhecimento e em locais de comprovada necessidade;

Expansão das oportunidades de acesso, especialmente no turno noturno;

Revisão das formas de acesso;

Preparação de quadros através do ensino e do desenvolvimento de pesquisas, visando a assegurar a melhoria da qualidade da Educação Básica;

Aproximação da pesquisa acadêmica da atividade produtiva, contemplando áreas que sejam “portadoras de futuro”;

Participação das universidades num sistema de avaliação que contemple em seus critérios as especificidades regionais e aponte as perspectivas da inserção de sua produção no desenvolvimento científico e tecnológico do país.

3. Educação à Distância

O Governo Democrático e Popular deverá implementar um programa nacional de educação à distância utilizando os modernos meios tecnológicos de informação e comunicação, como os veículos de radiodifusão e as redes eletrônicas já instaladas no Brasil (RNP - Rede Nacional de Pesquisa, que já liga as capitais do Nordeste às outras regiões do Brasil), bem como os telepostos já implantados, com o duplo objetivo de complementar a educação e a formação dos alunos, além de assegurar a formação permanente em serviço dos educadores em articulação com uma nova política para a produção e difusão de materiais didáticos.

O programa nacional de educação à distância não deverá em nenhuma hipótese substituir a diretriz de ampliação de oferta de vagas e o processo de aprendizagem apoiado na relação professor-aluno (Programa de Governo da FBPC, capô IV).

4. Democratização do financiamento da educação

Nenhum projeto pedagógico de qualidade será construído sem que se disponha de recursos adequados para tal. O planejamento e a execução do financiamento da educação decidirá princípios e estratégias, não apenas fixando quanto, onde e como aplicar os recursos públicos, mas introduzindo comportamentos que possibilitem à sociedade organizar-se e atuar de forma qualificada na proposição, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de financiamento. Ações prioritárias na área:

Ampliação dos recursos disponíveis e controle do desperdício;

Inserção efetiva das três esferas de governo e das Organizações Não-Governamentais na administração e execução do Projeto Nordeste, financiado com empréstimo do Banco Mundial;

Criação da quota municipal do salário-educação, definindo-se os percentuais de

acordo com as responsabilidades assumidas por cada esfera de governo;

Elaboração do orçamento de forma participativa;

Correção, a cada semestre do exercício financeiro, das diferenças entre o orçamento previsto e despesas efetivamente realizadas com escolarização em todos os níveis;

Estabelecimento de padrões de controle e fiscalização para as transferências de recursos para entidades e unidades educacionais sem fins lucrativos;

Repasse, para as unidades escolares, dos recursos necessários à manutenção e desenvolvimento do ensino.

DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

A proposta da FBPC para o desenvolvimento científico e tecnológico do Nordeste toma por base necessidade desta área ter uma crescente participação em decisões relativas a questões de infra-estrutura, educação, saúde, agropecuária e indústria entre outros. Enquadra-se, ainda, nas diretrizes mais gerais do Programa de Governo da FBPC tratando mais especificamente:

1. Da reorganização do sistema de C&T

a) a FBPC defende, como fórum de discussão o aconselhamento de alto nível, um Conselho Nacional de C&T redefinido, com atribuições de propor políticas e planos reunindo representantes da comunidade científica, empresários, trabalhadores e agências de fomento federais e estaduais. O Conselho deve ser presidido pelo Presidente da República e ter como secretário executivo o Ministro de C & T;

b) a FBPC afirma a necessidade de se manter (nível ministerial para a área, consolidando o MCT);

c) a FBPC defende a manutenção da pluralidade das agências federais de financiamento à C&T, que devem incluir mecanismos de financiamento de pesquisa em empresas e devem ser reorganizadas aumentando sua eficiência e tornando mais transparentes seus processos decisórios;

d) a FBPC propõe que se redefinam os objetivos e missões dos atuais institutos e centros de pesquisa governamentais, tornando-os mais úteis na resposta às demandas da sociedade, e que se estude a criação de outros para atender a demandas específicas, proporcionando boas condições de trabalho para os pesquisadores e pessoal de apoio. É fundamental a ação de governo para criar, via indução (parceria, novos modelos de institutos de pesquisa tecnológica, integrados a setores e segmentos industriais, e também programas de desenvolvimento integrado de tecnologias genéricas, ou pré-competitivas, demandas pelo setor produtivo;

e) a FBPC defende que o Governo Federal estabeleça uma grande articulação com os sistemas estaduais de C & T.

2. Da política de C & T

Ao mesmo tempo em que ressalta a importância do estabelecimento da meta de 1,5 % do PIB para investimento público em C & T, a ser alcançada até o fim do

governo, além de considerar fundamental a definição geral do Programa de Governo da FBPC de recuperar a infra-estrutura de C & T no país, a proposta da FBPC para o Nordeste enfatiza:

a) a necessidade de ampliar o número de pesquisadores no Brasil, através de programas de formação de recursos humanos e grupos de pesquisa. Deve-se, ainda, manter e ampliar o apoio à pesquisa básica, dando liberdade de escolha de temas mas exigindo qualidade, e estimular, por outro lado, a pesquisa aplicada, notadamente em áreas de maior impacto para o desenvolvimento do país;

b) a importância de estimular o setor privado a investir em C & T, tanto em seus centros como em parceria com universidades ou institutos tecnológicos, através de incentivos fiscais, controle do crédito e políticas de compras públicas, objetivando tomar os seus produtos mais competitivos;

c) a necessidade de um grande esforço para diminuir as desigualdades regionais em todos os setores, dentre eles o de C & T. Sem esse esforço a tendência será no sentido de cada vez mais se concentrarem espacialmente os recursos humanos e materiais para pesquisa nas regiões mais favorecidas. Apesar de ter 15 % dos pesquisadores ativos no país, o Nordeste tem recebido menos de 8 % dos recursos federais para pesquisa. Isso num contexto regional em que a atuação desses pesquisadores tem contribuído para a formação de novos recursos humanos e tem dado exemplos notáveis de qualificação em áreas como o melhoramento genético na agricultura, na geociência aplicada à exploração do petróleo, nas áreas de química e farmacologia, eletrônica e informática, só para citar algumas.

Apesar do desenvolvimento científico e tecnológico existir em franco progresso na região, seu atraso em relação a outras regiões ainda é grande. Uma das causas tem sido a dificuldade de novos grupos do Nordeste em competir na disputa por recursos com os grupos mais experientes de outras regiões. Outra seria a implementação de programas segmentados de capacitação tecnológica, fortemente atrelados a estereótipos regionais. Entendendo que a continuidade desse processo poderá comprometer de forma irremediável o desenvolvimento do Nordeste, a FBPC propõe:

- integração horizontal da política de C & T da região com a política de C & T nacional, observando-se especificidades e priorizando investimentos em capacitação de pessoal e sua fixação local;

- alocação diferenciada de recursos aos centros de pesquisa da região, visando reduzir a médio prazo as disparidades regionais no setor;

- localização de centros de pesquisa de empresas estatais na região, contribuindo para viabilizar o surgimento de atividades produtivas inovadoras;

- definição, através de órgão gestor do plano regional de organização territorial a ser refundado para a região, de estratégias de desenvolvimento que incluam a área de C & T como componente essencial do processo.

POLÍTICAS SOCIAIS

A FBPC considera que, no conjunto das políticas sociais, a segurança alimentar tem um destaque fundamental, devendo ser tratada tanto nas ações prioritárias de curto prazo (ver adiante) como no âmbito de políticas mais estruturadoras de geração de emprego, de reforma agrária e das novas políticas agrícolas, já indicadas

anteriormente.

No caso das políticas de habitação e saneamento, a FBPC considera que o Governo Federal deverá agir em sintonia com os governos estaduais e municipais, apoiando ações de desenvolvimento local efetivas no enfrentamento dos problemas. Por outro lado, afirma-se um claro entendimento da importância do investimento nesses setores do ponto de vista da geração de emprego na região.

Quanto ao tema da saúde no contexto regional nordestino, a FBPC parte da compreensão de que a desigualdade social e regional expõe os habitantes das regiões mais pobres a graves determinantes de doenças e mortes (fome, inexistência de saneamento, desemprego etc.) e os priva, em maior escala, do acesso a um conjunto de políticas públicas, inclusive à saúde. O simples fato de nascer no Nordeste já reduz em 9 anos a expectativa média de vida, se comparada com a esperança de vida ao nascer da região Sul. Por outro lado, o coeficiente de mortalidade infantil do Nordeste aponta para um "excedente" de 76 mortes infantis a cada mil crianças nascidas vivas, se comparado com o coeficiente da região Sul.

Esse nível de saúde precário não se apresenta de maneira homogênea nem simétrica em toda a região Nordeste. Aqui convivem níveis equiparáveis aos do Sul/Sudeste ao lado de bolsões comparáveis aos países amcanos. Uma outra característica da região é a agudização da chamada superposição epidemiológica, convivendo doenças "antigas" como o cólera, a dengue e a desnutrição com problemas de saúde "modernos" como as doenças cardíacas e a AIDS. Esse perfil coloca lado a lado problemas de saúde com causalidades distintas e complexas.

O atual sistema de financiamento do setor saúde mantém e aprofunda essas desigualdades, na medida em que se baseiam nos procedimentos médicos (consultas, internações, cirurgias etc.) realizados pela rede de serviços de saúde e não nas necessidades efetivamente postas pelo perfil epidemiológico de cada região.

Nesse quadro, o programa da FBPC para o Nordeste propõe:

a) antes de tudo, que só é possível reverter essa situação com a promoção ampla da cidadania, garantindo direitos mínimos e indispensáveis como o emprego, melhor distribuição de renda, acesso à terra etc.;

b) que se garanta a implantação efetiva do Sistema Único de Saúde (SUS) para que se altere o modelo assistencial atualmente hegemônico-centrado na doença e na dicotomia entre ações preventivas e curativas -- e seja assegurado o acesso da população excluída. Para o Nordeste, a viabilização do SUS é particularmente importante porque aqui está situada grande parte da população que, incapaz de pagar serviços privados e/ou associar-se aos seguros-saúde, depende exclusivamente do sistema público para receber atenção à saúde;

c) que se promova a equidade, concentrando os recursos públicos na área de saúde nos grupos populacionais sob maior risco de adoecimento e morte, através da adoção de novas formas de financiamento do setor, com base em critérios populacionais e epidemiológicos.

REFORMA E DEMOCRATIZAÇÃO DO ESTADO

A gestão democrática e descentralizada será a marca da ação do Governo da FBPC, caminho importante para desprivatizar as políticas públicas. A formulação de

cada programa e projeto terá que absorver necessariamente tal diretriz.

A ação coordenada intergovernamental e a parceria com a iniciativa privada também devem ser práticas essenciais do novo modelo de gestão federal. O modelo organizacional de atuação do Governo Federal no Nordeste deve ser revisto no contexto da proposta nacional de reforma do Estado brasileiro

Soluções regionais isoladas e simplistas de rearranjo da SUDENE e BNB, transformando a primeira num órgão regional de fomento, podem levar a uma trajetória de fechamento da SUDENE, vez que para planejar e coordenar no Brasil as instituições precisam dispôr de mecanismos de poder, para negociar com os atores envolvidos no processo. A SEPLAN-PR e as SEPLAN's dos estados e municípios dispõem, no mínimo, do controle do orçamento para conseguirem influir no processo decisório.

A discussão do refundamento dessas instituições deve ser remetida ao nível da reorganização institucional do futuro sistema de planejamento nacional e da organização da implementação do Plano de Ordenação do Território, previsto na Constituição e no Programa da FBPC, analisando-se o novo formato dos órgãos de ação regional para alguns sub-espacos do país cuja integração seja considerada prioritária quer pelos seus problemas, quer por suas potencialidades.

Um componente essencial da de democratização do Estado é a democratização do crédito. Os bancos oficiais federais como o BB, a CEF e, especialmente, o BNB e BNDES não podem continuar com regras e formas de operação que privilegiam exageradamente as grandes empresas e os afastam das médias, pequenas e micro-empresas. Dos recursos aprovados até junho de 1994 pelo Nordeste Competitivo, programa do BNDES, 14 empresas captaram quase 80 % dos US\$ 558 milhões aprovados, enquanto 60 empresas captaram apenas 3 % do total.

Para democratizar o crédito público e levar o financiamento às micro e pequenas empresas do Nordeste, a FBPC propõe, para os bancos oficiais:

- 1) a destinação de percentual do lucro líquido dos bancos oficiais para o financiamento de investimentos de micro e pequenas empresas;
- 2) considerar extra-limite da capacidade patrimonial dos bancos oficiais as operações de financiamento para micro e pequenas empresas;
- 3) a criação de um fundo para seguro de crédito para essas operações, com parcela a ser deduzida do próprio financiamento;
- 4) o estabelecimento de condições de prazo e encargos adequados para esses financiamentos;
- 5) permitir o financiamento para aquisição de máquinas, equipamentos e imóveis usados dentro de determinadas condições;

No caso particular do BNDES, a FBPC propõe:

- a) a negociação com a administração do FAT objetivando condições diferenciadas para os recursos destinados pelo BNDES para o financiamento de micro e pequenas empresas;
- b) elevar a participação do financiamento para 100% dos investimentos fixos previstos nos projetos.

6 - AÇÕES PRIORITÁRIAS DE CURTO PRAZO

Na política governamental comandada pelas elites conservadoras, o Governo concentra renda com uma mão e realiza modestos programas compensatórios com a outra. Rompendo esse enfoque, o conjunto da ação governamental proposta pela FBPC será transformador da realidade atual e desconcentrador de renda. Como seus efeitos serão mais sensíveis no médio prazo e a dívida social é desafiadora no curto prazo, serão adotadas ações emergenciais, não compensatórias, mas também portadoras de mudanças estruturais no padrão educacional, sanitário, no nível de emprego etc., embora gerem efeitos rápidos.

AFBPC propõe no Nordeste dois tipos de programas emergenciais a serem implantados no início do governo:

A) aplicação imediata, a nível nacional, com prioridade para as áreas urbanas do Nordeste, do Programa de Garantia da Renda Mínima associado à Educação Fundamental. É possível gerenciar tal programa de forma descentralizada e democratizada. Será um instrumento do Programa de Segurança Alimentar, ao aumentar a renda que certamente vai para o consumo de alimento, como propõe a Campanha Contra a Fome e a Miséria pela Vida.

B) aplicação imediata de um programa emergencial que associe saneamento básico e emprego. Obras simples de fornecimento de água e de esgotos condominiais constituirão um bloco de investimento social relativamente barato, que dinamizará atividades econômicas locais, criará ocupação e refletirá na melhoria do padrão sanitário, combatendo doenças de veiculação hídrica e reduzindo futuros gastos em saúde.

C) outros, a serem indicados na discussão com a sociedade e que tenham características semelhantes.

7 - BASES DO FINANCIAMENTO DA PROPOSTA

A) A mudança da política macroeconômica poderá ampliar o aporte de recursos públicos federais para o Nordeste. Fernando Henrique Cardoso, no período de sua gestão no Ministério da Fazenda, elevou as taxas de juros (de menos de 20% para 35% real ao ano). Com isso atraiu o capital externo especulativo (que ganhava em dois meses no Brasil a rentabilidade real que levaria um ano para conseguir nos países desenvolvidos), gerando em contrapartida o aumento da Dívida Mobiliária Federal (que em 12 meses teve aumento real de 50%) e elevando drasticamente a despesa da União com juros. Para não explodir o déficit público, cortou os gastos sociais.

O Governo da FBPC deve trabalhar noutra direção: a da renegociação do

endividamento que vai herdar, da redução da taxa de juros, da busca de ampliar, ao invés de cortar, as Despesas Não Financeiras do Governo Federal, especialmente os Investimentos. Nessa nova lógica, haverá crescentemente espaço para ampliar o Gasto Federal, que será regionalizado na sua aplicação, beneficiando o Nordeste, conforme prevê a Constituição.

B) A Reforma Tributária proposta pela FBPC simplificará e mudará a estrutura fiscal do Governo, com impostos realmente progressivos que incidam fortemente sobre a renda e o patrimônio e reduzam a carga dos impostos indiretos, com a drástica redução das alíquotas destes últimos. O Imposto Territorial Rural, permanecendo na órbita federal e recebendo modificações (algumas já avançadas na recente lei 8847/94), poderá ser uma fonte importante de financiamento para a reforma agrária. A sonegação poderá ser muito reduzida, inclusive com medidas que tomem a administração fiscal eficiente, e a receita pública tenderá a crescer, estimulada também pela retomada dos investimentos e, do nível da produção nacional. O Nordeste se beneficiará deste novo ambiente das finanças federais.

C) Os bancos oficiais, em especial o Banco do Brasil, o BNDES, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Nordeste, serão fontes geradoras de créditos importantes para financiar muitas das propostas aqui referidas. A participação ampliada do Nordeste nas aplicações dos três primeiros deve ser buscada, adaptando suas diretrizes e normas aos desafios aqui propostos.

D) As agências federais de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico terão seus recursos ampliados (os gastos nacionais devem dobrar ao longo do Governo, atingindo 1,5% do PIB) e a regionalização do Programa Nacional evitará que se repita o que vem ocorrendo sistematicamente: a alocação de parcela mínima de recursos no Nordeste.

E) As agências financiadoras externas também poderão dar seu apoio a projetos específicos com elas negociados ou renegociados. O BIRD e o BID, por exemplo, têm larga experiência de financiamentos ao Nordeste.

F) Os investimentos privados terão um importante papel a desempenhar na construção do futuro do Nordeste, ao lado dos investimentos de algumas Estatais que devem permanecer sob o controle da União e a quem caberão projetos estratégicos e estruturadores. Num novo ambiente macro-econômico de juros baixos, linhas de financiamento de médio e longo prazos, crescimento do mercado e da produção, as empresas serão estimuladas a investir na ampliação de sua capacidade produtiva, até porque na maioria delas o nível atual de endividamento é muito baixo e portanto é alto o potencial de investimento. A parceria entre governo e setor privado será sempre buscada, nas diversas propostas em que ela seja possível.

G) As contrapartidas do setor privado às diversas formas de apoio governamental recebidas serão sempre negociadas no Nordeste, como também nas outras regiões do país. Subsídios, estímulos fiscais e financeiros, valorizações patrimoniais resultantes de investimentos públicos, serão sempre recuperados pelo Estado sob diversas formas de contrapartidas, presentes ou futuras, para serem aplicadas em outros projetos.

H) O Fundo Nacional de Solidariedade, cuja criação foi anunciada por LULA no lançamento do Programa Nacional de Emprego terá que priorizar o Nordeste pelas

características da região , frente aos critérios lá definidos.

I) Os mecanismos tipicamente regionais como o FINOR e o FNE serão rediscutidos no contexto do futuro Plano Nacional de Ordenação do Território, onde Nordeste, Norte e Rio de Janeiro receberão um tratamento especial através de recursos adicionais que financiarão ações regionais suplementares que, paralela e sintonizadamente com o Plano Plurianual de Investimentos, serão concebidas e implementadas.